BRASIL - 380 religiosos pedem o impeachment do presidente Jair Bolsonaro

Cláudia Motta, Rede Brasil Atual

sábado 30 de janeiro de 2021, por Pedro Picho

26 de enero de 2021 - Rede Brasil Atual - *Pedido entra como o número 62 da lista de processos que estão sob análise na mesa diretora da Câmara dos Deputados. Partidos de oposição apresentam amanhã o 63º.*

Mais um pedido de impeachment do presidente Jair Bolsonaro foi apresentado nesta terça-feira (26). E mais uma vez movido pelo assombro de 220 mil mortes causadas pela covid-19, ante a ausência de governo na pandemia. Tanto é que a base para este 62º processo pelo afastamento de Bolsonaro é "o manejo criminoso das políticas sanitárias durante a pandemia, o não acesso à vacina, e o desprezo pela vida dos brasileiros".

Escrita pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia ABJD), a peça é assinada por religiosos da Frente Ampla Cristã. E lembra o direito à saúde usurpado dos cidadãos, além de diversos artigos da Constituição que vêm sendo desrespeitados pelo governo Bolsonaro. O pedido tem apoio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), da Comissão Justiça e Paz (órgão ligado à CNBB), da Câmara Episcopal da Igreja Anglicana do Brasil (IEAB), da Aliança de Batistas do Brasil (ABB) e de diversas lideranças católicas e evangélicas.

Além do pedido de impeachment dos religiosos contra Bolsonaro, outro, que deverá figurar como o de número 63 na lista que repousa "sob análise" na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, será apresentado nesta quarta-feira (27). O pedido é assinado pelos partidos PT, PDT, PSB, PSol, PCdoB e Rede. Em nota, os parlamentares da oposição informam que a ação responsabiliza "Bolsonaro por crimes cometidos contra a humanidade". E destacam a "ingerência e descaso do governo" no enfrentamento à pandemia e pelo fim do auxílio emergencial.

"É evidente a culpa de Bolsonaro e (do ministro da Saúde, Eduardo) Pazuello na grave tragédia ocorrida em Manaus (AM), que culminou com a morte por asfixia de milhares de brasileiros, assim como em parte significativa das quase 220 mil vítimas fatais de covid-19 no país", ressalta a nota. Um ato no Salão Negro da Câmara, às 15h, marcará a apresentação desse novo pedido de impeachment. Os partidos defendem, ainda, a imediata retomada das atividades da Câmara.

Massa crítica

"Entendemos ser nosso dever participar da luta pela promoção e defesa dos direitos humanos e contra qualquer tipo de opressão ou ação que tenha como resultado o adoecimento e a morte da população", afirmam os religiosos no pedido de impeachment de Bolsonaro. "Por esse motivo é que nos colocamos na luta pelo afastamento do senhor presidente da República Jair Messias Bolsonaro, por não mais ser possível para a sociedade brasileira suportar o cometimento de tantos crimes de responsabilidade que, ao fim, ceifam vidas inocentes."

O pastor evangélico Ariovaldo Ramos está entre os 380 religiosos que subscrevem esse pedido de impeachment de Bolsonaro. E conta que esse é um movimento inédito: pela primeira vez diferentes denominações religiosas se unem para pedir o impeachment de um presidente da República. "Até então, grande parte das denominações religiosas têm apoiado o presidente."

Pouco a pouco, observa Ariovaldo Ramos, um grupo de evangélicos foi se reunindo para protestar contra o

governo Bolsonaro. “Começou com a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito e aos poucos essa massa foi sendo adensada por muitas outras lideranças e também denominações.”

Pandemia foi pá de cal

Agora, avalia o pastor, há “massa crítica suficiente para, em nome de um número considerável de evangélicos, deixar claro que somos contra essa política neoliberal e principalmente contra a condução da questão sanitária no Brasil”. Foi assim que chegaram à redação do 62º pedido de impeachment de Bolsonaro que foi entregue hoje pelos diversos grupos religiosos. “Entendemos que o governo cometeu crime de responsabilidade e esse crime é punível com impeachment.”

Para o religioso, questões como “família e moral” levaram evangélicos a apoiar Bolsonaro. O segmento, segundo pesquisa, faz parte da principal base de apoio do governo Bolsonaro. “O moralismo cativou os evangélicos, por entenderem que bases morais da fé evangélica estavam sob ameaça caso um governo de esquerda assumisse o poder”, explica. Além disso, houve todo o arranjo feito com o batismo dele, a ideia de que era próximo. “E alguns evangélicos de denominações históricas o indicarem como o candidato ideal da fé evangélica. Isso tudo somado, tomou a forma que tomou na história recente”, relembra Ariovaldo.

“Nós já estamos revendo isso. Gente como eu, e outros que protestam desde sempre, começou a falar com a periferia evangélica através de informação. Muito encontro, muito debate. Foi uma luta renhida, difícil, mas as pessoas foram se dando conta de que a postura do presidente não se coaduna com a fé evangélica nem com nada que tenha a ver com consciência humana, solidariedade. Pelo contrário. É uma pregação de ódio, de contenda.”

Para o pastor evangélico, não há dúvida que a forma como Bolsonaro se portou diante da pandemia foi a pá de cal nessa relação dele com muitos evangélicos. “Primeiro começaram a demonstrar arrependimento por terem votado nele e aos poucos começaram a entender o que vínhamos dizendo desde o princípio: a mensagem, a vida, a forma de governo dele não tem nada a ver com nossos valores, pelo contrário”, relata Ariovaldo.

“A crise de Manaus fez a maioria dos nossos ver, com todas as letras, o que está acontecendo. É uma região com muitos evangélicos. E provavelmente entre muitos desses mortos esteja uma proporção altíssima de evangélicos”, afirma. “Pretendemos continuar a reproduzir a visão cristã de fato, que se contrapõe portanto à política e Bolsonaro e seus correligionários. E mostrando, a partir dos dados da realidade, que são gritantes, o equívoco cometido na história recente.”

Bolsonaro no Código Penal

A Associação Juízes para a Democracia (AJD) ingressou nessa terça (26) junto à Procuradoria Geral da República com uma representação para que o presidente Bolsonaro seja processado por crimes previstos pelo Código Penal brasileiro. A denúncia deve ser apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF). O texto da representação frisa que “na contramão da recomendação da OMS de adoção, pelos países, de ‘uma estratégia integral e combinada para prevenir infecções, salvar vidas e minimizar o impacto’ da crise, sua condução no Brasil, pelo atual ocupante do cargo de Presidente da República, tem ocorrido de maneira desastrosa”.

A petição é assinada por Valdete Souto Severo, Daniela Valle da Rocha Muller e Emília Gondim Teixeira. As juízas compõem o Conselho Executivo da AJD.

---

olsonaro/